

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE E DEWEY NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Priscila Marília de Oliveira¹
Samira Santin Braga²

Resumo.

O artigo se inscreve na intersecção entre a concepção de ensino difundida por John Dewey e a influência que esta teve na ascensão e consolidação do Movimento Renovador de 1924. O argumento propõe reflexões sobre esta influência e o que ela resultou para a educação brasileira. Nosso interesse está em torno do “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” sendo que nosso argumento é o de que a concepção de ensino proposta por Dewey influenciou diretamente na consolidação do movimento renovador de 1924. Assim, estabelecemos uma leitura crítica sobre este movimento e, conseqüentemente, o que ele significou para a educação brasileira.

Palavras-Chave: Educação Brasileira; John Dewey; Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

Abstract

This article shows the intersection among the conception of teaching diffused by John Dewey and its influence in the ascension of the 1924's Renovating Movement. This argument proposes reflexions about this influence and what it made to Brazilian Education. Our goals are in the “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, and it says that teaching conception proposed by Dewey induced directly in the consolidation of the 1924's Renovating Movement. Thus, we establish a critical reading about this movement and what it meant to Brazilian Education.

Key-words: Brazilian Education; John Dewey; Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

Ao pensarmos no contexto brasileiro de 1930 apreendemos que este se caracterizava pelo monopólio educacional da Igreja Católica (escolas privadas restritas às elites); pela ascensão de Getúlio Vargas – Revolução de 1930 – e da burguesia (classe média); pelo impulso do desenvolvimento industrial; por ser constituído por uma minoria aristocrática oligárquica e por uma maciça população analfabeta.

Nessa linha, sob o advento da industrialização e da ascensão da camada média (burguesia), a educação passa a ser vista como um fator de destaque e de relevância nacional, pois, para atender à demanda industrial, a massa populacional necessitava de, minimamente, ensino primário, enquanto a classe média passa a exigir também para si o ensino secundário.

“As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos. primoliv@yahoo.com.br

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos. samiraufscar@yahoo.com.br

conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. Ora, isso só é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho” (Romanelli, 2005, p. 59).

Assim, diante desse novo quadro político, econômico e social surgem os reformadores da educação – homens preocupados com a democratização e a expansão do ensino, desejando que este não mais fosse um privilégio de poucos, mas um direito humano de todos – e que se defrontavam com a Igreja Católica pelas suas propostas educacionais serem contrárias, isto é, enquanto a Igreja defendia o ensino privado e religioso, os reformadores passaram a propor uma co-educação, pública, gratuita e laica. Nessa discussão ascende o Estado como intermediador entre os interesses dos liberais e dos conservadores.

“É evidente que, na ordem social oligárquica-aristocrática, na qual a educação escolar se constituía em privilégio das elites, carecia de sentido a ação estatal, com vistas a fazer expandir o ensino público e gratuito. A elite pagava a sua educação e a Igreja exercia um quase monopólio do ensino. Outra era, porém, a situação que começava a configurar-se na ordem social burguesa. As classes médias em ascensão reivindicavam o ensino médio, e as camadas populares, o ensino primário. Daí por que o movimento renovador compreendeu que havia chegado a hora de o Estado assumir o controle da educação e que, portanto, esta deveria ser gratuita e obrigatória, dadas as necessidades da nova ordem econômica em implantação” (Romanelli, 2005, p. 143).

Partindo, então, da concepção desses reformadores progressistas, que foram fortemente influenciados pelo pensamento de John Dewey (reformador norte-americano que defendia os princípios da Escola Nova) tem-se a criança como centro do processo ensino-aprendizagem; a espontaneidade e as aptidões naturais do educando como considerações constitutivas deste processo; o desejo de um ensino que se ajustasse ao sistema capitalista, abrangendo todas as classes sociais. Para que isso se concretizasse e a educação fosse democratizada, os reformadores acreditavam que, tudo que fora abordado por Dewey, no contexto americano, caberia ao campo educacional do Brasil, constituindo, a partir disso, suas ideologias e propostas de reformulação.

“É preciso considerar também que era pressuposto comum a todos esses educadores a crença de que o desenvolvimento industrial da sociedade brasileira, então incipiente, traria uma substantiva democratização econômica à semelhança da sociedade norte-americana. Não suspeitavam aqueles educadores que, no Brasil, o desenvolvimento do capital industrial não alcançaria, infelizmente, os níveis nem a extensão alcançados pelos países europeus e americanos, e seria atropelado, antes de se generalizar a toda a sociedade, pelo capital monopolista que produzira, do ponto de vista político, os próprios fascismos” (Buffa, 1997, p. 62-63).

Procurando explicar tais propostas, esses reformadores apresentaram-nas na IV Conferência Nacional de Educação, na qual notaram algumas semelhanças entre seus princípios e os da Igreja Católica. Pretendendo organizar essas idéias renovadoras, o Governo solicitou aos liberais que redigissem um documento esclarecendo suas propostas (o que acabaria por definir o “sentido pedagógico” da Revolução de 1930). Assim, com o auxílio de

outros educadores da ABE (Associação Brasileira de Educadores, criada em 1924 tendo como foco a educação), Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira elaboraram o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, publicado em 1932, no qual aparecia fortemente as influências do pensamento de Dewey, principalmente por aquele último (Anísio Teixeira) ter sido seu orientando nos EUA.

“A unidade fundamental da nova pedagogia (proposta por J. Dewey) encontra-se na idéia de que existe uma íntima e necessária relação entre os processos da experiência real e educativa. [...] os princípios gerais da nova educação não resolvem por si mesmos nenhum dos problemas da direção e organização reais ou práticas das escolas progressivas. Pelo contrário, aqueles apresentam a base de uma nova filosofia de experiência [...] Digamos que a nova educação exalta a liberdade do aluno” (Rosa, 1982, p. 302-305).

Endereçado ao Governo e ao povo brasileiro, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi o expoente máximo da concepção de Dewey na educação brasileira e tinha como principais características/ reivindicações:

- educação como guia em torno de um ideal de vida, caracterizado pela organização da sociedade;
- indivíduo como possuidor de suas ‘aptidões naturais’, independente de sua ordem econômica e/ou social;
- trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em si e este em si mesmo;
- respeito à personalidade humana, como fim em si mesmo;
- a educação como dever do Estado, mas os pais/ responsáveis que desejassem mandar os seus filhos para instituições privadas, teriam total liberdade para isso;
- acredita que a educação é capaz de abarcar as mudanças que passam a ocorrer na sociedade;
- encara a educação sob o prisma psicológico;
- seus princípios básicos são: laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação;

“A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que se assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação” (Ghiraldelli Júnior, 1990, p. 63).

- propõe que todas as crianças (sete a quinze anos) sejam confiadas à escola pública, com uma educação comum a todas;
- defende a autonomia técnica, administrativa e econômica da escola pública, além de uma educação descentralizada;
- defende que o professorado deveria ter uma formação universitária independente de seu nível de ensino;
- acredita que o ‘ponto nevrálgico’ do problema educacional estava na escola secundária e que, apenas através da educação, os princípios democráticos poderiam vir a ser legitimados.

“É ainda nesse campo educativo que se levanta a controvérsia sobre o sentido de cultura geral e se põe o problema relativo à escolha do momento em que a matéria do ensino deve diversificar-se em ramos iniciais de especialização. Não admira, por isto, que a escola secundária seja, nas reformas escolares, o ponto nevrálgico da questão” (Ghiraldelli Júnior, 1990, p. 70).

Assim, depreendemos que o citado Manifesto possui concepções latentes acerca da pedagogia defendida por Dewey sendo, então, considerado como pragmático e superficial para alguns e progressista e idealista para outros.

Pragmático porque ao mesmo tempo em que apregoa a instituição pública defende, também, a privada; superficial por não se aprofundar nas questões referentes aos problemas sociais (não questiona a estrutura capitalista); progressista porque passa a considerar a educação como um problema social e, finalmente, idealista por acreditar que a educação seria a chave transformadora da sociedade.

Concluimos, então, que o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” tem sua importância e relevância nacional, uma vez que apresenta fatores que ainda nos fazem pensar em relação à educação brasileira sendo considerado como um dos pilares dessa educação, mas que, ainda assim, sustenta reivindicações que são, a nosso ver, utópicas.

Referências Bibliográficas.

- BUFFA, Ester, (1997). **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo, (1990). O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: Paulo Ghiraldelli Júnior. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, p. 54-78.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, (2005). **História da Educação no Brasil**. 29ª ed. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes.
- ROSA, Maria da Glória (1982). A Nova Educação. In: Maria da Glória Rosa. **A história da educação através de textos**. São Paulo: Cultrix, 1982, p. 281-306.